

Atendimento comercial sofre com pressão na Celesc  
Página 2



Morre trabalhador da Eletrobras acidentado em subestação em 21/10  
Página 2



JORNADA DE TRABALHO

# Fim da escala 6x1 ganha força no Congresso e na sociedade

PROPOSTA DA DEPUTADA FEDERAL ERIKA HILTON (PSOL/SP) PRETENDE REDUZIR A JORNADA DE TRABALHO

Diversos parlamentares nos últimos anos apresentaram Propostas de Emenda à Constituição (PEC) buscando a **redução** da jornada de 6 dias trabalhados por 1 dia de descanso. A proposta da deputada federal Erika Hilton, contudo, ganhou visibilidade, apoio de inúmeros parlamentares e se tornou assunto do cotidiano de milhões de brasileiros nos últimos dias.

Pelo texto da PEC apresentada por Erika, haveria redução da jornada de 44h semanais para o limite de 36h. Além disso, seriam 4 dias de trabalho permitidos, com 3 dias de descanso. De acordo com a deputada, quem trabalha no limite da regra atual não consegue “estudar, se aperfeiçoar, se qualificar profissionalmente para mudar de carreira”. Ainda de acordo com a parlamentar, a proposta visa proporcionar qualidade de vida, saúde, bem estar e melhorias das relações familiares.

Arte: instagram/artevillar



O texto apresentado no Congresso também prevê que não haja redução de salários dos trabalhadores e leva em conta a jornada laboral máxima em outros países: Holanda (29h), Noruega (33h), Dinamarca (33h), Irlanda (34h), Bélgica (35h), Suíça (35h), Alemanha (35h) e Suécia (36h). Na Austrália, trabalhadores da iniciativa privada têm jornada de 36h, enquanto servidores públicos têm 38h. Na Itália, a média da jornada semanal é de 36h, embora a legislação permita até 40h.

Até o fechamento dessa edição, quase 140 parlamentares haviam assinado o texto da PEC - a grande maioria, de partidos do campo democrático. Para ser protocolado na Câmara dos Deputados e começar a tramitar, **havia a necessidade de 171 assinaturas dentre 513 deputados**.

Um dos parlamentares que prontamente assinou o texto da PEC, Pedro Uczai (PT), reuniu dezenas de lideranças sindicais de Santa Catarina nessa terça-feira, dia 12, para ouvir e debater o assunto. Pela conversa on line com dirigentes de diversas categorias profissionais, foi unânime o entendimento de que a proposta contida na PEC é positiva e favorável à classe trabalhadora.

Ao fim do encontro, Uczai disse ter compreendido que “o campo sindical de Santa Catarina tem disposição política de fazer esse movimento e ser protagonista do tema na movimentação social. Em todas as falas, compreendemos que o movimento sindical caminha para ser protagonista do tema da redução da jornada e de outras pautas que beneficiam a classe trabalhadora”. E que “pela movimentação que está ocorrendo no Brasil inteiro, logo chegaremos a 171 assinaturas. Cada liderança sindical

precisa se manifestar de forma didática as propostas de PEC que propõem a redução da jornada de trabalho. Temos de dialogar com nossas bases, criando grupos de debates”. Por fim, Uczai se comprometeu a conversar com os parlamentares Reginaldo Lopes (PT/MG), Paulo Paim (PT/RS) e Erika Hilton, além do próprio vereador Rick Azevedo (proponentes de PECs sobre a redução da jornada) para fazer uma plenária virtual e debater com a classe trabalhadora de Santa Catarina.



Entre os argumentos favoráveis à PEC, estão estudos que comprovam que a redução da jornada de trabalho não afeta a produtividade e traz ganhos tanto para as empresas como para os trabalhadores. Além disso, hoje a carga horária média do brasileiro é de 39h semanais, superior à média mundial, de 38,2h, segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT). A nova jornada de trabalho beneficiaria sobremaneira ainda mais as mulheres, hoje responsáveis por 85% do trabalho do cuidado nos lares brasileiros, o que inclui cuidar da casa, dos filhos, dos idosos, fazer comida e todo o trabalho “invisível” e não remunerado.

Nas redes sociais, internautas questionam o fato de que quem decidirá pela redução da jornada de 6x1 ou não serão parlamentares que atuam numa jornada no Congresso de 3x4.

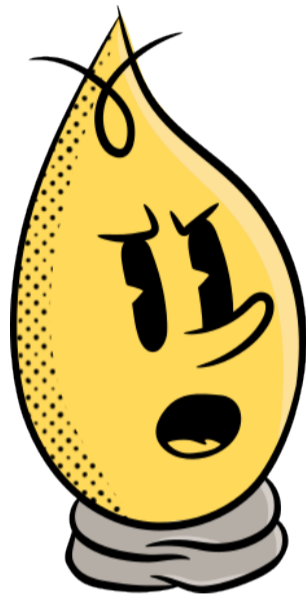
Em Florianópolis, nessa **sexta-feira, 15 de novembro, será realizado um ato em defesa da redução da jornada 6x1, em frente ao Ticen** (Terminal Central de Ônibus), no centro da cidade, **a partir das 10h da manhã**. Novos atos serão convocados por movimentos populares e centrais sindicais pelo estado nos próximos dias. Participe!



Uma petição com mais de 2,2 milhões de assinaturas é encabeçada pelo **Vida Além do Trabalho (VAT)**, Movimento fundado pelo vereador eleito do Rio de Janeiro, Rick Azevedo (PSOL). Para acessar a petição e conhecer melhor a proposta, basta escanear o QR-Code a seguir:

## Pressão aumenta sobre atendimento comercial da Celesc

Além de problemas com o sistema comercial e reclamações constantes dos clientes, atendentes têm de lidar também com pressões de chefias



A pressão sobre atendentes comerciais da Celesc só cresce. Além dos problemas e dificuldades no sistema Conecte e das constantes reclamações e ofensas de consumidores por não conseguirem realizar suas solicitações junto à companhia, atendentes de diversas regiões também se queixam de pressões de chefias.

A imposição por atender um maior número de clientes por dia, a cobrança cada vez que um cliente demora um pouco mais no atendimento e pedidos constantes para que atendentes façam horas extras estão se tornando mais comuns na empresa, segundo relatos de atendentes ao jornal Linha Viva.

“Cada vez que chega um caso mais complexo, que exige mais atenção e detalhamento das informações, a chefia fica em cima pressionando para acelerarmos o atendimento. Essa pressão nos desconcentra e o risco de fazermos algo errado só aumenta”, afirma uma atendente comercial do interior do estado em condição de anonimato.

Em um caso recente, em uma das maiores lojas de atendimento, a gerência cobrou que os empregados chegassem no horário de trabalho estabelecido, sem atrasos além da tolerância de 5 minutos. **A Intercel concorda que o/a trabalhador(a) precisa chegar no horário, conforme contrato de trabalho, até mesmo em respeito aos demais colegas**, que podem se sobrecarregar se alguém não chega no horário estabelecido. As gerências estão corretas em cobrar horários e **há formas legais de disciplinar em caso de descumprimento**.

Ocorre que nesse mesmo comunicado aos trabalhadores numa grande loja do estado, a gerência - possivelmente pressionada pela direção da empresa - fez cobranças que chegam muito próximo do assédio moral: “Informe que está permitido somente 3 (três) serviços por senha de atendimento e que todo atendimento que ultrapassar de 30 minutos será submetido a análise pela gerência imediata, SPAC e DVAC. Em toda senha que ultrapassar 30 minutos de atendimento, o atendente deverá registrar no campo de observação do SGA quais serviços foram realizados que implicaram a extensão do tempo de atendimento. É imprescindível que todos atendentes façam o registro correto do CPF ou UC nos campos do SGA. Serviços internos deverão ser realizados somente quando não houver fila de atendimento, antes ou após o seu horário convencional de expediente”. E o pior: a gerência limita o que o empregado pode ou não fazer no local de trabalho: “O atendente que estiver com o SGA Atendente com status Em

atendimento e não estiver de fato prestando o serviço de atendimento, ou seja, estiver sem cliente em mesa, em higiene pessoal, em pausa para café ou ginástica laboral, estiver mexendo no celular, respondendo whatsapp, ou fazendo qualquer outra atividade que não condiz com o serviço de atendimento da Celesc, **será advertido por deixar o Tempo Médio de Atendimento (TMA) da agência regional subir**, comprometendo os indicadores de desempenho da empresa, em especial o NSAP. O descumprimento frequente da assiduidade para logar no SGA e/ou do registro correto no SGA **acarretará em aplicação da política de consequência com base no histórico funcional do empregado**”.

Trabalhadores buscaram o sindicato e reclamaram da pressão do e-mail e da aparente ameaça sobre a política de consequência. A afirmação de que poderá aplicar a política de consequência já foi denunciada por trabalhadores na mesma Regional por se sentirem ameaçados e coagidos **por outra gerência no passado**. É uma prática desnecessária, que só cria mais atritos entre trabalhadores e chefia. Afinal, se os trabalhadores tiverem tempo para fazerem treinamentos na Celnet, saberão de suas responsabilidades e as consequências de suas ações na empresa. Não há necessidade da gerência ficar lembrando isso aos empregados.

“A situação no atendimento está insustentável. Colegas falam em pedir demissão ou ir para o psiquiatra. O problema está nos processos do SAP e estão querendo encontrar culpados no atendimento. Para nós, 80% dos atendimentos são reclamação da reclamação”, afirma uma pessoa que atua nessa loja. Outra relata que “a chefia imediata talvez não tenha culpa. Ela cumpre ordens que vêm de cima. Essa pressão nos deixa ainda mais angustiados. É pressão de todos os lados”.

O e-mail da gerência foi juntado na semana passada à Notícia de Fato da Intercel junto ao Ministério Público do Trabalho sobre as condições precárias de atendentes na companhia. Nessa terça-feira, dia 12, o Procurador do Ministério Público do Trabalho, Dr. Sandro Sardá, despachou na Notícia de Fato, “considerando que a empresa não comprovou a observância integral da Recomendação” do MPT e **concedeu prazo de dez dias para a Celesc manifestar interesse em firmar Termo de Ajuste de Conduta** sobre o tema. Em caso contrário, **afirmou que o MPT procederá o ajuizamento de Ação Civil Pública contra a Celesc**.

O atendimento comercial da Celesc vive desde maio como uma panela de pressão. As ações das gerências podem ser comparadas com o fogo alto, agitando e elevando a temperatura e pressão. Mas toda panela tem limite, e a do atendimento da Celesc está prestes a explodir.

Na semana passada, a Intercel se reuniu e definiu pelo pedido de uma reunião com a Direção da Celesc para buscar prazos e alternativas para amenizar a pressão sobre o atendimento comercial da empresa. *Até o fechamento dessa edição, não houve resposta da Celesc sobre o pedido de reunião.*



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

### Nota de Pesar

Os sindicatos da Intersul lamentam o falecimento do colega da Chesf/Eletrabras Anderson Henrique da Costa, na terça-feira, 12 de novembro. Ele ficou internado por mais de vinte dias, mas não resistiu aos ferimentos causados no acidente em 21 de outubro (noticiado na edição 1628 do Linha Viva) na Subestação Mirueira, em Pernambuco. À família, amigos e colegas de Anderson, nossa solidariedade e pesar. O Coletivo Nacional dos Eletricistas lamenta o ocorrido e segue lutando contra precarização, adoecimento mental e risco à vida de eletricistas e eletricistas após a privatização da Eletrabras.

### GT do Anuênio

Na semana passada sindicatos da Intercel e representantes da direção da Celesc se reuniram para a primeira reunião do Grupo de Trabalho do Anuênio. Em função de mudança de participantes do GT, houve necessidade de alinhamento de informações, com o histórico do anuênio na empresa e o resgate de debates do GT. Também foi montado o cronograma das reuniões, que serão quinzenais.

### Novembro: Mês da Consciência Negra



Novembro é o Mês da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares, último líder do Quilombo dos Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695. Que ações as empresas de energia estão fazendo para combater as desigualdades raciais, o racismo e o preconceito? Que medidas as empresas tomam para ter mais pessoas negras em seus quadros de funcionários e em gerências?

### XXXIV Jogos da FAEC - Lages

De 14 a 17 de novembro Lages recebe o XXXIV Jogos da FAEC, onde participam as 17 Associações Benéficas dos Empregados da CELESC (ABECELESCs), com número total de associados que chega a 4,5 mil, entre funcionários ativos e inativos (aposentados e pensionistas). Os jogos congregam celesquianos e celesquianas em diversas modalidades esportivas, sendo um encontro de lazer. A primeira edição dos jogos ocorreu em 1988. A cada final de ano, uma cidade é escolhida para realizar os jogos entre as 17 Associações, sendo a Celesc uma patrocinadora do evento.

### Feira da Reforma Agrária

A Feira da Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Economia Solidária foi realizada entre os dias 7 e 9 de novembro na Praça da Cidadania da UFSC, na capital. O evento, iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, reuniu expositores e visitantes para promover a comercialização de produtos agroecológicos e discussões sobre sustentabilidade. Mesas de debate sobre alimentação saudável e certificação agroecológica também foram realizadas. Ao fim do evento, foram doadas mais de três toneladas de alimentos a diferentes entidades e comunidades. As beneficiárias foram cozinhas solidárias que trabalham com pessoas em situação de rua, o grupo Pixurum e o Cachorro Quente de São Francisco; a comunidade indígena Itanhaém, de Biguaçu; a Pastoral da Criança; e a Associação Ecológica, ambas do bairro da Tapera, sul da Ilha de Florianópolis.



## Intersul trata de pendências e inconformidades na aplicação do ACT com Eletrabras

Reunião entre as partes foi realizada na semana passada

Atendendo solicitação dos sindicatos, a Eletrabras, representada pelo Gerente de Relações Trabalhistas e Sindicais, Rodrigo Carneiro de Lira, participou de reunião no dia 8 de novembro com dirigentes sindicais da Intersul. O objetivo da reunião era tratar de diversos temas relacionados ao cumprimento do ACT 2024-2026, recentemente assinado. A reunião foi solicitada pois, na visão da Intersul, vários procedimentos adotados pela empresa não estão em conformidade com o que foi pactuado na mediação do ACT, assim como outras questões relevantes para os trabalhadores surgiram e precisam ter procedimentos ajustados.

Os pontos foram pautados pelas entidades sindicais em correspondência anterior e posteriormente tratados na reunião do dia 8. Sobre alguns dos pontos de pauta, houve convergência e o problema apontado pela Intersul deverá ser sanado sem maiores dificuldades. No entanto, em outros pontos não houve convergência e devem voltar a ser discutidos a partir das argumentações apresentadas pela Intersul durante a reunião.

Dentre os problemas pautados pela Intersul e que tiveram solução ou estão em tratativas para uma boa solução a partir da reunião, é possível citar:

1) Nivelamento de informações sobre o número de adesões ao PDC; 2) Operacio-



nalização da Cota Negocial; 3) Trâmite dos pedidos de liberação de dirigentes para atividade sindical; 4) Cumprimento da Legislação relativa a cota mínima de trabalhadores com alguma deficiência; 5) Ajuste do horário núcleo de Blumenau para adequação à Joinville; 6) Ajuste na regra de particionamento das férias dos operadores para adequação ao turno de revezamento; 7) Ajuste de Procedimentos para correção de eventuais falhas na descrição de atividade no PPP; 8) Ajuste de Procedimentos para rescisão complementar, para correção de eventuais pagamentos a menor da multa rescisória sobre o saldo total do FGTS; 9) Revisão para averiguação de eventuais descontos indevidos efetuados de forma retroativa em folha de pagamento referentes à rubrica “gratificação de substitui-

ção”; 10) Revisão da rescisão para o pagamento do abono de fechamento para os empregados desligados logo após 01/05/2024 quando o Acordo ainda não havia sido assinado e que não receberam esta verba na sua rescisão. Este pedido ficou pendente de análise e resposta futura pela Diretoria; 11) Além destes acima, a Intersul pautou como fundamental para amenizar as insatisfações com o ACT, a revisão da forma de aplicação do reajuste salarial aos empregados admitidos após 31/04/2022. O pedido, baseado no entendimento que se tinha nas assembleias, era de que o índice de reajuste seria aplicado integralmente a todos - independente da data de admissão. No entanto, o entendimento da empresa diverge desta interpretação. Para a Eletrabras, não há que se falar em recompo-

## Ofensiva da Eletrabras sobre Fundações do setor elétrico

Medida vem causando preocupações entre participantes das Fundações

Os meios de comunicação noticiam as investidas da Eletrabras nas Fundações desde a privatização da companhia de energia. Agora, **a empresa tenta unificar todas as Fundações, com objetivo de colocar a mão nos R\$ 40 bi dos trabalhadores** - objeto de desejo de investidores e especuladores.

Algumas das entidades dos trabalhadores existem há mais de meio século, com especificidades em seus Regulamentos e Estatutos que traduzem a relação de parceria e confiança entre as partes.

Em uma análise rasa, observa-se algumas inconsistências nesse processo, haja vista esse assunto ser de interesse de TODOS: participantes, Assistedos, Associações, Entidades Sindicais, stakeholders etc.

Vamos aos fatos: A empresa escreve na mídia sobre a implementação “da parceria com transparência nos debates”. No entanto,

até o momento, não houve transparência, respeito ou dignidade na forma como este processo vem sendo tratado por ela. Os empregados não receberam informações precisas, cálculos que confirmem essa teoria de ganho para os participantes e assistidos, ou mesmo qualquer prova que os custos serão racionalizados. É o equivalente a **dar um cheque em branco a alguém desconhecido** e que, para piorar, conforme demonstrou a grande mídia, teve seu processo de aquisição empresarial questionado pela justiça por práticas ilegais, o que por si só, já a desabona como pretenção de parceria.

Os Conselheiros dos trabalhadores foram impedidos de trazer o assunto aos interessados, porque a Patrocinadora o definiu como confidencial. O que pode ser confidencial para quem aportou o suor de toda sua vida laboral em um fundo de

pensão e o transformou no que ele é hoje? A quem interessa a instabilidade que foi gerada nos meios previdenciários? Certamente não às nossas Fundações e muito menos a nós mesmos, detentores do montante ao qual eles querem se apropriar. Entendemos que mudanças e atualizações são pertinentes ao processo, mas essas, obrigatoriamente, devem passar pelo crivo dos trabalhadores e suas contribuições, afinal somos os principais mantenedores e interessados.

Chamamos a atenção para o fato de que eles, a princípio, escolheram a ELOS para receber os novos empregados do grupo Eletrabras, mas sabemos que isso é a ponta do iceberg, haja vista o interesse da empresa em criar uma nova Fundação. Ou seja, a ELOS só servirá de trampolim para a cartada final e, quando acordarmos, já não seremos donos

do salário pelo período em que o trabalhador não estava na empresa. Dessa forma, o reajuste salarial aplicado foi de 100% do índice apurado para todos os trabalhadores, contando para esta apuração apenas o período em que o trabalhador esteve contratado.

Os dirigentes da Intersul insistiram no fato de que a aplicação do índice integral composto por um ano inteiro para todos, indistintamente, trará impacto financeiro muito pequeno para a Eletrabras, e vai melhorar sensivelmente o clima e as relações de trabalho. A empresa não se comprometeu com a revisão do procedimento no momento, mas disse que o assunto será rediscutido pela Diretoria da Eletrabras para uma resposta definitiva em nova reunião a ser agendada.

Ao final do encontro, os dirigentes sindicais ainda cobraram a solução devida pela Eletrabras para manutenção e prorrogação do vínculo dos empregados da empresa com a ELOSAÚDE, mesmo após a transferência definitiva dos empregados ativos para o novo benefício de saúde. Essa medida é essencial para que os agregados ligados a cada trabalhador possam permanecer no plano da ELOSAÚDE. Também foram tratados especificamente de ajustes de conduta nas relações sindicais, para facilitação do acesso de dirigentes e realização das atividades sindicais nas dependências da empresa.

No bojo da ofensiva da Eletrabras sobre as fundações, o Conselho Deliberativo da ELOS chegou a aprovar alterações estatutárias para reduzir a representação dos trabalhadores. Essas alterações tiveram sua análise e aplicação suspensas, ao menos por 40 dias, pela PREVIC a partir de denúncia conjunta feita pelas entidades representativas dos participantes, ativos e aposentados: AAPE, APROSUL e INTERSUL, de que o processo não foi transparente. A denúncia agora será analisada.

Precisamos estar atentos a cada passo dessa jornada. Afinal, estamos falando de vidas, as nossas vidas! As entidades congregadas no interesse dos participantes, aposentados e pensionistas (AAPE, APROSUL e Intersul), estão lutando incansavelmente para que nossos direitos sejam preservados.

# Seminário: Direitos Humanos em Pauta está com inscrições abertas

Evento será realizado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 10 de dezembro

**1º SEMINÁRIO**  
**DIREITOS HUMANOS EM PAUTA**  
 10/12/2024 – 09h  
 AUDITÓRIO ANTONIETA DE BARROS  
 ALESC/FLORIANÓPOLIS

**igentes**  
 INSTITUTO GENTES DE DIREITOS

**MNDH**  
 MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

**SEMÍNÁRIO: DIREITOS HUMANOS EM PAUTA**

**Quando:** 10/12/2024 (Dia Internacional dos Direitos Humanos)  
**Onde:** Auditório Antonieta de Barros – ALESC

**PROGRAMAÇÃO**

**9horas:** Abertura - Ministro EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO - Palestra "Sistema de Justiça X Direitos Humanos"  
**10h30min:** Experiências. Possibilidades. Acessibilidade do Direito Humano à Moradia. Conflitos coletivos.  
 1. Experiências da Comissão de Solução Fundiária do TJSC. Desembargador João Eduardo de Nadal.  
 2. REURB-S e Programa Minha Casa Minha Vida. Defensor Público Marcelo Scherer.  
 3. Programa Lar legal. Desembargador Selso de Oliveira.  
**12horas:** Almoço

**13horas:** Segurança Cidadã. Desembargador João Marcos Buch. Mediadora: Luzia Maria Cabreira  
**13h30min:** Cenários da Mudança Climática e o Racismo Ambiental. Professora Alessandra Larissa Fonseca. Mediadora: Tânia Inês Slongo  
**14horas:** Conselhos de Direitos. Presidenta do CEDH/SC, Erli Camargo. Mediador: Nasser Barbosa  
**14h30min:** Cidade à venda. Professora Maria Inês Sugay e arquiteto Lino Bragança Peres  
**15horas:** Assédio judicial/Violência política. Vereadora Maria Tereza Capra. Mediador: Sérgio Homrich  
**15h30min:** Saúde Integral: PIC's. Agroecologia. Pe. Pedro Baldissera. Mediadora: Irene Kazue Shimomura  
**16horas:** "A gente não quer só comida": CCCC = Comida, Cultura, Campo, Cidade: Ludício Ravanello e Nelson Mota  
**16h30min:** Educação como Direito dos Povos do Campo, das Águas, das Florestas e das Periferias Urbanas. Professora Natasha Eugênia Janata e Francisco Canella  
**17horas:** Vidas em risco 1: a Luta do Povo Laklãno Xokleng em SC. Nandja Schirlei da Rocha. Mediadora: Erli Camargo  
**17h30min:** Vidas em risco 2: Negros na Mira das Armas. Vereadora Ana Lucia Martins e Cynthia Maria Pinto da Luz (DH Monitoramento)  
**18horas:** Vidas em risco 3: Comunidade LGBTQI. Alexandre Bogas F. Gastaldi e Elaine Sallas  
**18h30min:** Vidas em risco 4. População em Situação de Rua. Aline Salles e Diego Lopes Costa  
**19horas:** Vidas em risco 5. Mulheres Criminalizadas. Daniela Felix e Grazielly Alessandra Baggenstoss  
**19h30min:** Formatura Curso Lideranças Comunitárias.  
**ENCERRAMENTO:** Bolo. IGENTES 6 anos - história e realizações

**REALIZAÇÃO:**  
 IGENTES - INSTITUTO GENTES DE DIREITOS  
 CO-REALIZAÇÃO: MNDH/SC  
 Movimento Nacional de Direitos Humanos em SC  
 APOIO: IT Cidades, OCUPAS/SC, CEDH-SC, CDH Brusque, CDDH Blumenau, CDH Jaraguá do Sul, CDH Joinville, CDH Itajaí, Arquitetura da UFSC, ISTEPO, Cáritas, MMM, Rede Ecosol, Despejo Zero, IBDU, Fórum de Mudanças Climáticas, UFECO, Comitês de Cultura de SC, SAJU, IEG, IMDH, Geca, Rede Ecovida, Arco Iris, Instituto Caeté, ADEPESC, Pastoral do Povo da Rua, Pastoral Carcerária, Sintrafesc, CRP12, MST, ICJ, RENAP, MAB, ICJ, MLB, Pastoral das Favelas, Baiacú de Alguém, Fórum de Mulheres do Mercosul(Lages), FINER, Portal Catarinas, Acontece Arte e Política LGBTQI+, Instituto Vilson Groh, Rádio Campeche.

O Instituto Gentes de Direitos (igentes) e o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) convidam a categoria eletricitária a participar do Seminário: Direitos Humanos em Pauta.

O evento será realizado no dia 10 de dezembro de 2024 - Dia Internacional dos Direitos Humanos -, das 9h às 20h, no auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Na programação do evento, constam temas como Sistema de Justiça x Direitos Humanos; Direito à Moradia; Segurança Cidadã; Conselhos de Direitos; Assédio Judicial/Violência Política; Saúde Integral: PIC's e Agroecologia; Comida, Cultura, Campo e Cidade; Educação como Direito dos Povos do Campo, das Águas, das Florestas e das Periferias Urbanas; Vidas em risco: A luta do povo Laklãno Xokleng em SC; Vidas em risco: Negros na mira das armas; Vidas em risco: Comunidade LGBTQIAPN+; Vidas em risco: População em situação de rua; Vidas em risco: Mulheres criminalizadas; Formatura do curso Lideranças Comunitárias. A cerimônia de abertura, às 9h, terá a participação do ex-Ministro da Justiça Eugênio José Guilherme de Aragão.

A programação completa do evento e o link para inscrição estão no endereço: <https://forms.gle/qt1SP462fANWPLMd9>

Apoio: IT Cidades, OCUPAS/SC, CEDH-SC, CDH Brusque, CDDH Blumenau, CDH Jaraguá do Sul, CDH Joinville, CDH Itajaí, Arquitetura da UFSC, ISTEPO, Cáritas, MMM, Rede Ecosol, Despejo Zero, IBDU, Fórum de Mudanças Climáticas, UFECO, Comitês de Cultura de SC, SAJU, IEG, IMDH, Geca, Rede Ecovida, Arco Iris, Instituto Caeté, ADEPESC, Pastoral do Povo da Rua, Pastoral Carcerária, Sintrafesc, CRP12, MST, ICJ, RENAP, MAB, ICJ, MLB, Pastoral das Favelas, Baiacú de Alguém, Fórum de Mulheres do Mercosul(Lages), FINER, Portal Catarinas, Acontece Arte e Política LGBTQI+, Instituto Vilson Groh, Rádio Campeche.